



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	19515.001708/2010-96
Recurso nº	Voluntário
Acórdão nº	2803-003.356 – 3ª Turma Especial
Sessão de	15 de maio de 2014
Matéria	Auto de Infração, Obrigação Acessória
Recorrente	ASSOCIAÇÃO DE TAXISTAS CHAME TAXI
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Data do fato gerador: 22/06/2010

DEIXAR A EMPRESA DE ARRECADAR, MEDIANTE DESCONTO DAS DEMUNERAÇÕES, AS CONTRIBUIÇÕES DE SEGURADOS A SEU SERVIÇO.

A empresa é obrigada a arrecadar, mediante desconto das remunerações, as contribuições dos contribuintes individuais a seu serviço, conforme previsto na lei nº 8.212, de 24.07.91, art. 30, inciso I, alínea "a" e Lei n. 10.666, de 08.05.03, art. 4º, caput.

Recurso Voluntário Negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

assinado digitalmente

Helton Carlos Praia de Lima - Presidente.

assinado digitalmente

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 09/06/2014 por OSEAS COIMBRA JUNIOR, Assinado digitalmente em 11/06/2014
por HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA, Assinado digitalmente em 09/06/2014 por OSEAS COIMBRA JUNIOR
Impresso em 05/08/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Oséas Coimbra - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Helton Carlos Praia de Lima, Oséas Coimbra Júnior, Gustavo Vettorato, Amílcar Barca Teixeira Júnior, Eduardo de Oliveira e Carlos Cornet Scharfstein.

Relatório

A empresa foi autuada por descumprimento da legislação previdenciária, por não ter efetuado o desconto obrigatório devido por seus associados taxistas.

O r. acórdão – fls 173 e ss, conclui pela improcedência da impugnação apresentada, mantendo o Auto lavrado. Inconformada com a decisão, apresenta recurso voluntário tempestivo, alegando, na parte que interessa, o seguinte:

- Assim como a obrigação principal previdenciária, o dever instrumental de arrecadar a contribuição social não está previsto na legislação vigente, eis que, repita-se, todas as obrigações tributárias principais e acessórias atacadas pela recorrente somente seriam exigíveis caso os taxistas - contribuintes individuais lhe prestassem qualquer tipo de serviço.
- Ora, se os taxistas autônomos filiados à recorrente prestam serviços a terceiros - pessoas físicas e jurídicas que se utilizam apenas da central telefônica da recorrente para a aproximação com taxista - evidente que a recorrente apenas recebe os valores e os repassa, inexistindo qualquer prestação dos serviços dos referidos taxistas a ela, dai porque inexisti norma legal que lhe obrigue ao recolhimento das contribuições sociais nos moldes pretendidos pela Receita Federal Previdenciária.
- A responsabilidade da recorrente somente poderia ser invocada caso os taxistas lhe prestassem qualquer serviços, visto que, nesta circunstancia, realmente seria contribuinte (cota patronal) e responsável tributário (contribuinte individual/SEST/SENAT), bem como estaria obrigada ao cumprimento dos deveres instrumentais previstos no artigo 32 da Lei 8212/91.
- Requer o recebimento do presente recurso voluntário e, no mérito, dar-lhe provimento para julgar insubsistente o Auto de Infração 37.287.641-2.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Oséas Coimbra

O recurso voluntário é tempestivo, e considerando o preenchimento dos demais requisitos de sua admissibilidade, merece ser apreciado.

A tese defendida pela recorrente, de que os associados taxistas não lhe prestam serviço e sim a terceiros, não merece prosperar.

O termo de constatação fiscal e intimação de fls 44 e ss informa mês a mês a receita da associação, proveniente de prestação de serviços de táxi a empresas conveniadas e da contribuição dos associados. Diz ainda:

A associação Chame Táxi paga aos taxistas associados pela prestação de serviço de transporte de passageiros das empresas conveniadas, e estes taxistas associados assinam os recibos pelos valores recebidos, recibos estes em que a associação entenda ser de recibo de repasses. Foram feitas planilhas por mês/ano (para o período de 02/2005 a 10/2007), com a demonstração do código do recebedor, nome do recebedor, valor recebido, e o cálculo do salário-de-contribuição previdenciária, do desconto previdenciário do segurado, da base de cálculo da retenção do IRPF, e do IRPF mensal calculado.

...

Tais tabelas de cálculo estão presentes em planilhas digitais gravadas em um CD, e este foi entregue ao representante legal da associação através de recibo emitido pelo programa SVA, sendo que o programa gerou o seguinte Código de Identificação Geral dos Arquivos: 486e68e1-b3b72d04-0446edea-5f535b3d.

O estatuto afirma, em seu artigo 3º, sua finalidade. Destaco:

B) — Manter parcerias com cooperativas, associações e celebrar convênios para atender os Associados, objetivando a conservação e manutenção da sede social, veículos e equipamentos;

Depreende-se assim que a associação firma convênio com empresas e repassa as corridas aos associados que, após, são remunerados por aquela.

Dessa feita, fica caracterizada a prestação de serviço por parte dos associados para a realização do que contratado pela associação, emergindo assim o dever desta de reter e recolher as contribuições devidas pelos associados.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, voto por conhecer do recurso e, no mérito, nego-lhe provimento.

assinado digitalmente

Oséas Coimbra - Relator.